

Notas sobre a idéia de desenvolvimento econômico na periferia: rumo a uma noção desmistificada e coletiva

Área Temática 4: Economia, Estado e Desenvolvimento
Sub-área 4.1: Teorias do Desenvolvimento
Seções Ordinárias

Júlio Gomes da Silva Neto*
Vitor Eduardo Schincariol**

Resumo:

Neste excurso procura-se investigar o conceito de desenvolvimento econômico, através da vinculação entre a história econômica e a sucessão de propostas desenvolvimentistas, que vão desde a formulação do desenvolvimento induzido pelo Estado da CEPAL (Comissão Econômica da América Latina), até as modernas teorias de Desenvolvimento Sustentável. Busca-se assinalar a fragilidade da noção de desenvolvimento, e criticar a idéia de desenvolvimento sustentável. Defende-se que apenas uma produção coletiva e planejada, de tipo não-capitalista, pode constituir uma política de desenvolvimento factível para a periferia como um conjunto.

Palavras Chave: desenvolvimento; papel do Estado; acumulação de capital; economia do meio ambiente; desenvolvimento sustentável; coletivismo.

Abstract:

This article aims to discuss the concept of economic development, through the linkage between history and the succession of economic development proposals. They go from the conception of the state-induced development of CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), to the modern theories of sustainable economic development. This essay aims to discuss the fragility of the idea of economic development, and to criticize the idea of a “sustainable economic development”. We argue that only a state-oriented and collective-based type of production can be a true policy of economic development to the periferic countries taken as a role.

Keywords: economic development; state-induced development; accumulation of capital; environmental economics; sustainable development; collectivism.

* Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Alagoas e pesquisador do Núcleo de Economia Política e História Econômica (NEPHE) da USP.

** Doutorando em História Econômica pela Universidade de São Paulo, professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Alagoas e pesquisador do Núcleo de Economia Política e História Econômica (NEPHE) da USP.

1. Primórdios

Nas primeiras abordagens da questão do desenvolvimento pelos economistas clássicos, o conceito se confundia com o de crescimento econômico e distribuição do produto social. As abordagens procuravam demonstrar o dinamismo próprio de uma economia capitalista de mercado como modelo de crescimento. Com destaque para as contribuições da Escola Liberal Britânica, de Adam Smith a David Ricardo, estas formulações, além de não conceberem outra alternativa ao crescimento econômico contínuo senão pela simples aplicação das forças produtivas e de mercado (interno e externo), salientavam também que a distribuição do produto pela sociedade se desdobraria, naturalmente, por obra da indução dos mercados.

Presenciava-se, historicamente, a Primeira Revolução Industrial e, neste caso, o pensamento clássico corroborava a necessidade de superação da estrutura mercantilista. Tratando-se da Europa e, particularmente, da Inglaterra, a acumulação de riquezas promovida pela industrialização, bem como o crescimento contínuo da produção, criavam um ambiente “empírico” perfeito para as contribuições teóricas de Smith e Stuart Mill. Percalços como quedas de preços e salários encontravam sua lógica corretiva na livre mobilidade dos fatores de produção. O desenvolvimento, então associado ao comportamento desta mobilidade, incumbia-se de distribuir os ganhos de forma homogênea, na medida em que a produtividade dos salários e dos excedentes se igualava.

Com as primeiras crises econômicas do século XIX, a idéia de crescimento dos economistas clássicos é posta à prova. Sua principal crítica à época fora oferecida por Karl Marx, ao descrever a principal contradição do capitalismo, quer seja, a tendência decrescente da taxa de lucros como inibidora do crescimento contínuo. A razão desta tendência, segundo Marx, encontra-se num aumento da composição orgânica do capital. Considerando-se que por trás do processo se encontrava toda uma história de decadência social, que passa pela degradação material dos trabalhadores, Marx apontava como solução para as incursões da política do capital sobre o trabalho (resultante do processo) a extinção da propriedade privada dos meios de produção.

Após as contribuições de Marx, o interesse pelo crescimento e pelas flutuações econômicas ganhou mais espaço na teoria econômica, principalmente devido à necessidade de se encontrar outro veio explicativo e um novo encaminhamento de soluções, com a

derrota do socialismo nas economias mais avançadas. Particularmente, as observações de Schumpeter foram importantes, já que este autor não poderia ser facilmente enquadrado nas Escolas de pensamento até então.

Suas teorias, tornadas públicas na primeira década do século XX, defendiam que o crescimento econômico se vinculava ao empreendedorismo e à inovação de indivíduos dentro do processo de organização da produção. Ao serem postas em prática, estas mudanças causariam impactos nos relacionamentos sociais, induzindo reorganizações na estrutura produtiva. Por outro lado, segundo o mesmo autor, o processo inovacional se incumbiria do rompimento do chamado “círculo econômico fechado” ao permitir o crédito bancário necessário ao empreendimento, atraindo recursos de outros setores. Havendo sistema de crédito para as novas tecnologias, o sistema iria expandir-se, atraindo depois empreendedores menos qualificados.

Estes últimos, ao ingressarem no ciclo de expansão com atraso, dimensionariam mal os seus recursos, promovendo a desativação de unidades marginais. Essa desativação iniciaria um ciclo de desemprego de fatores, levando à depressão. No entanto, conforme salientou Schumpeter, é no ciclo depressivo que as iniciativas tendiam a se concentrar em grandes monopólios, facilitando as inovações em ciclos seguintes. Portanto, e de certa forma acompanhando as conclusões de Marx, Schumpeter salienta que o processo do desenvolvimento capitalista é instável e sujeito a oscilações frequentes.

A noção de ciclos, no entanto, não se interrompe com Marx e Schumpeter na virada do século XIX para o século XX. Com as contínuas dificuldades geradas pela ausência de realização e com novas necessidades de insumos trazidas pelas Revoluções Industriais, os países industrializados encontraram na agregação política de territórios coloniais a saída para a depressão. A disputa bélica que se seguiu orientava-se por esta necessidade. A observância deste processo histórico possibilitou, finalmente, o terreno empírico perfeito das teorias que apontavam para a distinção entre países ricos e pobres como fator de sobrevivência e desenvolvimento dos primeiros, em função da perpetuação da pobreza dos demais. Tratavam-se das teorias do imperialismo de autores russos e prussianos. A solução para o desenvolvimento dos países pobres seria então o rompimento com o esquema de crescimento e expansão imperial, através de uma revolução que quebraria os ciclos de crise, pondo a economia novamente em crescimento e desenvolvimento: a revolução comunista.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, isoladas política e economicamente, as teses imperialistas são sucedidas pelo instrumental reformista, sugerido na “teoria da demanda efetiva” de Keynes. Encaminhava-se assim uma solução contra-revolucionária para o capitalismo. A solução trazida pela contribuição de Keynes trouxe como consequência novas formulações para o crescimento e para a superação do subdesenvolvimento.

2. O Encaminhamento do “Desenvolvimento Econômico” no Pós-guerra

Ao longo dos anos (19)50 e (19)60, dentro da finalidade de processar-se a recuperação das forças produtivas da Europa e Ásia, testemunhou-se uma série de medidas que permitiram flagrar todo o empenho dos países centrais nesta finalidade. Destacaram-se (i) as sucessivas desvalorizações das moedas européias, toleradas pelo FMI, a despeito da orientação de fixação cambial acordada em *Bretton Woods* (1945); (ii) as transferências diretas do tesouro norte-americano para estas regiões (Plano Marshall); e (iii) as progressivas medidas de integração comercial e econômica, formalizadas em instituições multilaterais, que vão culminar com a assinatura do Tratado de Roma (1957). O conjunto destas medidas, ao mesmo tempo em que recolocava a Europa como região produtiva e difusora de tecnologia, ia, paulatinamente, dificultando a inserção de produtos dos países periféricos no comércio internacional, tanto pela postura cambial das chamadas “moedas fortes”, como pelos arranjos comerciais feitos entre países europeus e suas colônias e ex-colônias. Como consequência deste processo, verificaram-se progressivos problemas de déficits comerciais nos balanços de pagamentos periféricos, acompanhados de sucessivas desvalorizações nas moedas “fracas” destes países. Os anos (19)50 e (19)60 constituíram-se, portanto, na reorganização da “divisão internacional do trabalho”, através de uma sucessiva deterioração dos termos-de-troca na economia internacional, produzindo o aumento da distância econômica entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas.

Na medida em que o comércio internacional eternizava o ambiente de deterioração dos termos-de-troca, que a crise de 1929-1932 havia levado a termo, os organismos multilaterais advindos do novo Sistema Internacional, elaboravam doutrinas e teorias que apresentavam de modo idílico as trocas internacionais, encobrendo-se a troca

desigual. Criaram-se as comissões econômicas para os diferentes continentes, apresentando um projeto utópico de desenvolvimento conjunto entre as antigas metrópoles, colônias e semi colônias. No centro de todos esses mitos, as mídias difundiram a “Teoria do Desenvolvimento Econômico”, ou a “Economia do Desenvolvimento”. Segundo esta doutrina, seria possível “seguir o caminho” das civilizações européias e copiar sua Revolução Industrial, por meio de um receituário bastante simples. Nos anos (19)60, as receitas para ampliar a produção viram-se substituídas por receitas para o equilíbrio financeiro externo-interno, na mesma extensão em que as crises monetárias e a inflação, de origem supostamente desconhecida, se tornavam unipresentes.

De todo o modo, talvez essa nova divisão internacional do trabalho do pós-guerra ainda guardasse lógicas antigas de acumulação primitiva, oferecendo uma nova correlação imperialista e uma nova maneira de operacionalizar sua exploração. Esta nova correlação correspondia ao relacionamento entre as forças produtivas, restauradas da Europa e do Japão, juntamente às dos Estados Unidos, de modo a manter o caráter hegemônico deste último. A nova operacionalização se deu por meio do mecanismo do Balanço de Pagamentos, eleito como instrumento de viabilização multilateral e de base para projeções de desenvolvimento.

No tocante aos sucessivos métodos de utilização e leitura do balanço de pagamento, autorizados pelo FMI, foram sendo oferecidos “métodos” de crescimento econômico, em substituição às iniciativas nacionalistas de desenvolvimento interno. Nesse sentido, foram ganhando importância as comissões de desenvolvimento ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU). Criadas a partir de 1947, essas comissões se propuseram a formular alternativas de desenvolvimento para diversas regiões do mundo¹. Ao mesmo tempo, já não era mais possível esconder o reforço das desigualdades, causado pela emergência do capital financeiro. O conceito de desenvolvimento ajudaria na aceitação dessas desigualdades.

Notadamente, as comissões dirigidas à África e à América Latina passaram a ganhar importância, na medida que começaram a aparecer os primeiros sinais de esgotamento do comércio internacional dessas regiões. No caso, suas doutrinas de

¹ Comissão Econômica para a Europa (CEPE); Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL); Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (CESPAP); e Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental (CESPAO).

desenvolvimento não foram capazes de ocultar a crescente flutuação do comércio internacional, que se dispunha ao enriquecimento dos ricos e ao empobrecimento dos pobres. Esse “modelo”, portanto, fundamentado no balanço de pagamentos como instrumento de desenvolvimento, não conseguiu e não tem conseguido, até os dias de hoje, embora apregoe, evitar novas crises econômicas estruturais.

Esgrima-se com grande habilidade nos anos (19)50 e (19)60 o mito do “parceiro igual” no comércio exterior. Embora as relações multilaterais tenham sido favorecidas pelas políticas de comércio exterior do sistema de *Bretton Woods*, as negociações comerciais entre as potências dominantes e cada país periférico continuaram a ser conduzidas como fatos especiais, detentores de uma gama de desafios e fraternidades futuras. O crescimento econômico era apresentado como um resultado mútuo dessas concessões harmoniosas.

No ambiente da democracia liberal, reinante logo após a Segunda Guerra Mundial, as formulações orientadas para o desenvolvimento econômico não se restringiram apenas ao “espírito” de *Bretton Woods*. O advento da “teoria da demanda efetiva” de Keynes e a necessidade de superar o modelo socialista de planejamento nortearam algumas das preocupações no interior da recém-instituída Organização das Nações Unidas (ONU). Seguindo esta orientação, foram criados, a partir de sua estrutura, diversos órgãos de desenvolvimento².

3. A noção clássica de desenvolvimento econômico para a América Latina

A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada em 1948, tinha por objetivo formular alternativas de desenvolvimento para a região. Integrada por membros representantes de todos os países latino-americanos – acrescidos dos EUA, Grã-Bretanha, França e Holanda –, fixou sua sede em Santiago do Chile. Passou a se reunir, periodicamente, a cada dois anos, para debater seus projetos e analisar a situação econômica e social de seus países membros.

² Estes órgãos vinculavam-se ao Conselho Econômico e Social. Este, por sua vez, compunha-se na estrutura central das Nações Unidas juntamente com o Conselho de Segurança Nacional, o Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça, a Assembléia e a Secretaria Geral.

A principal questão levantada no início dos trabalhos da Comissão era estudar às razões que explicavam a distância econômica entre os países. Desse modo, os primeiros estudos caracterizaram a América Latina como região fornecedora de produtos primários e consumidora de produtos industrializados vindos do exterior. Pensando desta forma, reuniram-se, sob a presidência de Raul Prebisch, diversos técnicos de renome para trabalhar dentro de uma mesma direção teórica. As discussões giravam em torno...

“(...) da relação produto-capital, propensão para poupar ou investir, eficiência marginal do capital, economias de escala, tamanho do mercado, levando-os, sem se darem conta, a construir o estranho mundo da dualidade e a desembocarem, a contragosto, na ideologia do círculo vicioso da pobreza”³.

Nesse sentido, os autores da CEPAL defendiam a necessidade de industrialização dos países latino-americanos, ou a diversificação de suas estruturas produtivas. Em torno dessa defesa, suas recomendações dirigiam-se a uma melhor distribuição de renda, reformulação da estrutura administrativa pública e fiscal, o planejamento econômico com vistas às etapas de desenvolvimento, reforma agrária e, finalmente, formas de cooperação econômica e comercial entre os países da região. Essas recomendações muitas vezes eram motivadas por dirigentes das autoridades econômicas dos países membros, como no caso do Brasil:

“Foi como resultado de cuidadosa investigação in loco desta situação em sete países sul-americanos que preparei, conjuntamente com o colega argentino Euzébio Campos, um relatório recomendando duas linhas de ação ao Comitê de Comércio da CEPAL.. A primeira, limitada em seu objetivo, visava a encorajar a transferibilidade dos saldos entre certos países que comerciam em moeda inconvertível através de acordos bilaterais de comércio e pagamentos. [...] A segunda recomendação indicava a necessidade da adoção multilateral de políticas conducentes à integração de um mercado regional latino-americano com objetivo final. Essa idéia foi proposta em agosto de 1956 e é com grande satisfação que verifico ter ela feito muito maior progresso do que julguei possível, à época de sua apresentação. A idéia parece ter conquistado a imaginação dos povos de toda a área, ao mesmo tempo que um grupo de

³ OLIVEIRA, Francisco de. *Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. Petrópolis: Vozes, 1988, p.10.

técnicos vem realizando trabalho eficiente no sentido de encontrar os métodos e meios de torná-la realidade”⁴.

No interior da doutrina de Raul Prebisch, a questão do balanço de pagamentos aparecia na evolução desfavorável dos termos de intercâmbio, em detrimento dos países latino-americanos. Este fator seria, então, considerado como um dos principais obstáculos externos ao processo de desenvolvimento das economias da região. A raiz fundamental do fenômeno estaria localizada na baixa elasticidade da renda na demanda por produtos primários, da parte dos países desenvolvidos. Desse modo, à medida que se elevasse a renda *per capita* no “centro dinâmico” do capitalismo mundial, o consumo de produtos originários da periferia se daria a uma velocidade relativamente menor⁵.

Por outro lado, a expansão insuficiente do emprego e da produção em atividades alternativas, voltadas para o mercado interno, impedia o crescimento do salário real nas economias periféricas. Deste modo, à medida que se aumentasse a produtividade do trabalho nas atividades de produção para exportação, haveria uma elevação dos lucros como resultado. Isso explicaria, segundo Prebisch, uma expansão incontrolada da oferta e finalmente um declínio dos preços, acarretando uma transferência contínua, para o exterior, dos “frutos do progresso técnico”, realizado nas economias periféricas⁶. Em suas declarações, Prebisch considerava:

“(...) o atual baixo nível de vida dos trabalhadores agrários da América Latina como um serio obstáculo para a expansão industrial, que é a pedra angular da expansão econômica. Acrescentou o secretário da CEPAL que a indústria terá também de absorver todos os trabalhadores que fiquem excluídos dos trabalhos agrícolas, em consequência do aproveitamento dos descobrimentos técnicos

⁴ Discurso pronunciado pelo Dr. José Garrido Torres, Diretor Executivo da SUMOC, na National Foreign Trade Convention, em New York, em 17/11/1958. Reproduzido no *Boletim SUMOC* jan. 1959. Da segunda sugestão, originou-se a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALAC). Da primeira, chegou a ser proposta pela CEPAL, em 24 de Novembro de 1958, a “*idéia, então apresentada pela CEPAL, seria uma zona de coincidência em que se manteria, para os países bilaterais a compensação de saldos até os limites dos créditos recíprocos e apenas os excessos seriam transferidos para um centro de compensações, em que as liquidações se realizariam entre os multilaterais, entre eles e os bilaterais ainda os excessos porventura verificados sobre os “working-balances” dos acordos pelos países da área sul do continente. Esse centro de compensações seria, assim, o embrião de uma futura União de Pagamentos*” (Revista Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, FGV, fev. 1959, p. 45). Cumpre notar que as propostas da CEPAL buscavam imitar o modelo de recuperação, experimentado na Europa. Neste caso, observa-se que suas expectativas não conseguiam desvincular-se do espírito harmonioso orientado pela ONU.

⁵ PREBSCHI, Raul. *Dinâmica do Desenvolvimento Latino-americano*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964, p. 91-8.

⁶ Id. *ibidem*.

economizadores do trabalho corporal. Estes operários agrícolas - segundo o sr. Prebisch - terão de ser preparados gradualmente para sua utilização na indústria. Existe um vasto problema - declarou - na absorção das crescentes massas da população latino-americana em idade de trabalhar. A indústria deve absorver estes braços se se quiser elevar os níveis de produção e de vida” [...]“Não há um só país na America Latina - disse - que não tenha consideravel numero de braços não aproveitados totalmente, alem dos trabalhadores desempregados completamente”. Entre os "mal aproveitados", citou os milhares que desempenham ocupações primitivas que hoje constituem um contrapeso e um obstáculo para o desenvolvimento latino-americano”⁷.

Para este autor, no entanto, o deslocamento do modelo primário-exportador para a indústria, voltada ao consumo interno, não poderia se dar sem a coordenação do Estado. Por meio dos esforços deste último, seriam requisitadas a participação e a conscientização da burguesia nacional – contra setores tradicionais de exportação –, além da participação do capital estrangeiro, devido à baixa capacidade de poupança interna dos países latino-americanos:

“(...) para remediar o emprego deficiente e o desemprego ‘devemos acelerar o ritmo da produção, e isso não se poderá lograr dentro dos estreitos confins dos mercados nacionais’. Manifestou que os investimentos de capital que se esperam para a America Latina nos próximos anos ‘naufragarão senão se preparar em todas as categorias a força operaria adequada’ ”⁸.

Desse modo, para o pensamento cepalino, orientado por Prebisch, as questões do controle cambial, do controle comercial e da substituição de importações não eram consideradas políticas equivocadas como iniciativas. Sua principal crítica quanto a estes instrumentos dirigia-se à sua equivocada administração, sem a observância de um planejamento econômico:

“Em relação à vulnerabilidade da maioria das economias latino-americanas, esta existe em consecuencia dos "errôneos programas de exportação e do balanço de pagamentos". O sr. Prebisch atribuiu muitas das tensões sociais da America Latina à falta de igualdade na distribuição dos ingressos, na qual disse que ‘há grandes diferenças entre os diversos grupos’. Explicou que o

⁷ Publicado no Jornal Folha da Manhã, de 16 de maio de 1959.

⁸ Publicado no Jornal Folha da Manhã de 16 de maio de 1959.

problema de uma sadia distribuição social das rendas nacionais somente poderá resolver-se conjuntamente com os problemas econômicos e fiscais”⁹.

Todas as contribuições que propugnam os preços internos, a renda nacional e o câmbio como elementos em favor do equilíbrio no setor externo, evidentemente o fazem por considerarem a necessidade de um padrão de referência mundial de valores. Ali, é onde o livre comércio pode repousar e mostrar todos os benefícios que a teoria econômica acredita ter. O relacionamento internacional entre moedas surge, então, como produto da estrutura montada para o comércio entre países.

No início dos anos (19)60, surge uma outra tendência marxista preocupada com o desenvolvimento desigual entre os países. A base teórica deste movimento das “trocas desiguais”, no entanto, interpretou o recurso à harmonização de um padrão de valores na verdade um movimento em favor de novas formas da acumulação primitiva. Este movimento considerou que as escolas burguesas, ao longo de seu percurso histórico, teriam se valido (e continuariam se valendo) da apologia do intercâmbio perfeito. Desse modo, estas contribuições teóricas criticavam a manutenção da estrutura do sistema monetário internacional. Ao analisar tanto seu conteúdo teórico como sua possível aplicabilidade aos países periféricos, há de se requerer ulterior desenvolvimento. Neste caso, os argumentos em favor da estrutura da acumulação primitiva mostram-se sustentáveis, também se fossem abolidas as trocas desiguais.

Samir Amin, por exemplo, considerou que no efeito-preço (auto-ajuste do balanço) os desequilíbrios nas contas externas não agem diretamente sobre as taxas de câmbio e, por meio destas, sobre os preços internos. No caso de um déficit nas contas externas, por exemplo, as pressões por desvalorização cambial resultariam em oscilações de preços, não apenas em razão do aumento dos custos importados, mas, prioritariamente, em razão das alterações nas rendas dos setores envolvidos.

Desse modo, uma modificação na taxa de câmbio incidiria, antes de tudo: (a) sobre a renda dos importadores, em relação às mercadorias estocadas e pagas; (b) sobre a renda dos detentores de títulos estrangeiros; e (c) sobre a renda dos exportadores e produtores para exportação. A variação de preços internos neste caso poderia ser positiva

⁹ Id ibidem.

ou negativa, dependendo do setor atingido e de sua capacidade de influência no restante da economia¹⁰.

Além disso, uma alteração cambial que propiciasse, no curto-prazo, um aumento nas exportações e incrementos de algumas rendas, e impulsionasse toda a renda nacional por meio do multiplicador, teria sua eficiência limitada, na medida em que esta última dependeria não apenas do comportamento das elasticidades-preço, mas, também, das muitas conjunções de elasticidades-renda¹¹.

Muito embora as oscilações cambiais pudessem, na visão de Amin, ter seus reflexos de curto-prazo questionados, a possibilidade, ainda que pequena, de efeitos totalmente “bons” não poderia ser desconsiderada. O que deveria ser descartado, no entanto, era a instrumentalidade da variação cambial em favor do equilíbrio do balanço de pagamentos nos países periféricos:

“Se se pensa que nos países da periferia a elasticidade da demanda por importações é fraca pelo fato da ausência da substituição possível entre a produção local e a produção estrangeira, que a renda dos exportadores ocupa um lugar tanto mais importante quanto a integração internacional destes países é realizada, que à ação desta renda sobre a demanda se agregam considerações psicológicas decisivas que ligam o valor interno da moeda ao seu valor externo, que existe um mecanismo de transmissão da estrutura de preços dominante à economia dominada, pode concluir-se que de nove casos em dez a desvalorização não resolve em nada o desequilíbrio crônico do balanço de pagamentos nem a curto-prazo, nem com maior razão a longo-prazo mas que, pelo contrário, esta desvalorização agravará a curto-prazo a situação exterior”¹².

Por mais que houvesse alguma alteração na renda em razão dos efeitos multiplicadores do câmbio, esta alteração não resistiria ao “estigma” da estrutura de preços de produção periférica. Desse modo, o retorno à antiga estrutura de preços, quando cessassem os efeitos de curto-prazo da desvalorização, seria inevitável.

O problema se apresenta de forma semelhante à questão das “estruturas periféricas de preços”, cujo contorno exigiria mergulhar em questões sociais que vão muito além do empirismo de um modelo. Aqui também o problema consiste em se considerar a

¹⁰ AMIN, Samir. *O Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: Forense, 1976, p. 89-91.

¹¹ Idem, p. 91. Elasticidade-renda: mudança relativa em quantidade, dividida pela mudança relativa em renda.

¹² Id. ibidem.

natureza das propensões a investimento e consumo como elementos típicos de fatores de natureza histórico-social de um país. Modificá-los, portanto, significaria ajustar estruturalmente o comportamento da sociedade, manifesto “diferencialmente” nas propensões, a fim de melhorar as condições dos pagamentos com o exterior: “*Não estamos, pois autorizados a imaginar arbitrariamente quaisquer ‘modelos’; é necessário saber como e por que as propensões se modificam*”¹³.

Arghiri Emmanuel desenvolve também sua visão do problema. A nova abordagem estaria centrada sobre uma aplicação da teoria do valor-trabalho incorporado à compreensão do processo de formação de preços no mercado mundial. Emmanuel parte da possibilidade verificada na tendência à nivelção das taxas de lucro entre as nações – garantida pela mobilidade internacional do capital, e característica da fase monopolista do capitalismo. Nessa perspectiva, incorpora outro dado fundamental de outra tendência: o salário real dos trabalhadores dos países desenvolvidos chegaria a ser dezenas de vezes superior ao salário pago aos trabalhadores da periferia¹⁴.

Emmanuel procurou mostrar, valendo-se da transformação do valor-trabalho em preços de produção, que estes dados estruturais repercutiriam na determinação dos preços das mercadorias transacionadas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. A relação entre lucros e salários, mais alta nos países pobres, produziria como resultado, visível em seus exemplos numéricos, o fato de que o preço de produção do produto de exportação periférico seria deprimido abaixo do valor – como reflexo do baixo valor da força de trabalho periférica¹⁵.

Enquanto isso, o produto do país central teria seu preço elevado acima do seu valor. Aparentemente em concordância com a hipótese da mobilidade internacional ilimitada do capital, a demonstração realizada admite que a razão capital/trabalho seria igual nos dois países. A ênfase do problema deslocava-se, assim, do seu aspecto dinâmico para uma análise com características estáticas. Destaca-se a não-deterioração a longo prazo dos termos de intercâmbio, mais sim o fato de que em qualquer momento, dado o comércio

¹³ AMIN, Samir. *O Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: Forense, 1976, p. 92-3.

¹⁴ EMMANUEL, Arghiri et. al. *A Troca Desigual. Imperialismo e Comércio Desigual*. São Paulo: Global, 1981, p.42.

¹⁵ EMMANUEL, Arghiri et. al. *A Troca Desigual. Imperialismo e Comércio Desigual*. São Paulo: Global, 1981, p.42.

internacional entre desenvolvidos e subdesenvolvidos, haveria, sob sua aparente equivalência, uma transferência unilateral de valor-trabalho¹⁶.

O fundamento desse efeito estaria nas condições de produção das mercadorias, ou seja, nas condições de remuneração da mão-de-obra. Estas últimas – por razões "institucionais" ou político-históricas, segundo Emmanuel – comprimiriam o salário ao nível de subsistência na periferia, mas permitiriam sua elevação contínua nos países centrais. O salário seria, desse modo, privilegiado pelo autor com o *status* de "variável Independente". A posição de Emmanuel envolveria, assim, um importante aspecto crítico em relação às concepções cepalinas anteriores. Negava às características da demanda dos produtos primários um papel fundamental na determinação dos termos de intercâmbio¹⁷.

As contribuições aqui apresentadas, juntamente com várias outras de fundamentação semelhante, tiveram como mérito a retirada do manto do liberalismo e da harmonia das relações econômicas entre os países. A partir dessas contribuições, as discussões sobre intercâmbio internacional tiveram que vir acompanhadas, para ter algum respeito, de menções como “ricos e pobres”, “desenvolvidos e subdesenvolvidos”, “periféricos e centrais”, “avançados e atrasados” etc..

Entretanto, não se pode deixar de observar uma estreita vinculação entre as propostas apresentadas pela CEPAL e a orientação tácita generalizada de desenvolvimento econômico, fornecida pela ONU. Ou seja, como a constatação da diferenças econômicas entre países já não mais poderia ser ocultada pelos modelos liberais de auto-ajuste dos mercados, defendia-se a promoção de modelos que “conduzissem” os países periféricos ao desenvolvimento, alcançando o padrão de vida dos povos privilegiados.

Dessa forma, esses modelos de desenvolvimento foram sendo propagados, tecnicamente, nos cursos de formação profissional. Esta experiência foi inicialmente aplicada no Brasil, justamente pela CEPAL, por meio de convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), conforme testemunho do seu presidente à época:

“Dá-me ainda especial satisfação, como Diretor superintendente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, chefiar a Delegação Brasileira a

¹⁶ EMMANUEL, Arghiri et. al., op. cit., p. 45.

¹⁷ Id. op. cit., p. 48-50.

*esta Conferência. É que a cooperação entre a CEPAL e o [BNDE] tem sido das mais amigáveis e frutíferas. Juntos empreendemos um estudo metodológico sobre a programação da economia brasileira. Cooperamos ainda no ano passado em um curso de programação do desenvolvimento econômico no Rio de Janeiro, que tanto êxito teve, que desejamos vê-lo convertido em curso permanente, para poder atingir em escala crescente, administradores, economistas e engenheiros recrutados em todas as áreas de meu vasto país. Cooperamos, ainda agora, num estudo sobre as repercussões da implantação da indústria automobilística na demanda do aço e produtos da indústria mecânica”*¹⁸.

Não se pode desvincular o caráter da CEPAL dessa perspectiva. Sua orientação pela industrialização tinha como fonte de inspiração as revoluções industriais européias. O planejamento se incumbiria, então, de substituir a influência enviesada do modelo de indústria advindo do estrangulamento das forças primário-exportadoras¹⁹. Ora, este “modelo” jamais havia sido experimentado em nenhuma outra situação. Sua aplicabilidade dependia da conjugação de forças entre o Estado e os setores interessados das burguesias industriais. Nesse ponto, o modelo cepalino interpretava o Estado como uma força isolada e descolada de vinculação com a própria burguesia, capaz de ser “acionado” quando se bem entendesse.

A contribuição dessa escola com o mecanismo de preços desiguais, no entanto, não pode deixar de ser notada como um avanço. Assim comenta Francisco de Oliveira:

“Um caso típico é o da denúncia de Prebisch sobre os mecanismos do comércio internacional que levam à deterioração dos termos de intercâmbio em desfavor dos países latino-americanos. Aí estaria a base para uma reelaboração da teoria do imperialismo; abortada sua profundização em direção a essa reelaboração, a proposição que sai é nitidamente reformista e nega-se a si mesma: Prebisch espera que os países industrializados ‘reformem’ seu comportamento, elevando seus pagamentos pelos produtos agropecuários que compram da América Latina e rebaixando o preço dos bens que vendem, que é

¹⁸ CAMPOS, Roberto de O. “O Desenvolvimento Econômico e suas Ilusões” (Discurso proferido na reunião da CEPAL, realizada em La Paz, de 15 a 29 de maio de 1957). In: *Revista Digesto Econômico*, São Paulo, ACSP/FCESP, jul. / ago. 1957, p. 35. A partir destes cursos organizados pela CEPAL/BNDE, desenvolveu-se a disciplina “Teoria do Desenvolvimento Econômico”, nos cursos de formação de economistas e outros profissionais. Nela, tornou-se uma espécie de “livro-texto” as “Etapas do Desenvolvimento Econômico”, de ROSTOW, W.W. (Rio de Janeiro: Zahar, 1961), cuja citação, por razões evidentes, dispensam maiores comentários, limitando-se a esta pequena nota.

¹⁹ A este respeito, consultar FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965, entre outros.

em essência o espírito das conferências ‘UNCTAD’. A proposição é altamente ética e igualmente ingênua”²⁰.

Por outro lado, ao propor a industrialização com a cooperação do capital estrangeiro, Prebisch e a CEPAL, de forma nítida, ainda que involuntária, associavam-se a outros interesses:

“As atuais nações economicamente subdesenvolvidas gozam, em relação às nações que já atingiram nível satisfatório de desenvolvimento, de suas vantagens: a primeira é que elas não precisam forjar por seu próprio esforço a técnica dos métodos modernos de produção, podendo copiá-los dos países adiantados: a segunda é que elas podem recorrer à preciosa colaboração do capital estrangeiro para acelerar o ritmo de seu desenvolvimento. O ilustre professor Raul Prebisch, em seu recente e brilhante relatório ao Governo Argentino, dizia com muita razão que o desenvolvimento econômico de um país podia ser realizado sem a colaboração do capital estrangeiro, mas que nessas condições o ritmo de progresso seria forçosamente lento”²¹.

Portanto, entende-se que a CEPAL deve ser considerada como uma agência promotora de um desenvolvimento que, embora fosse interessante para o Brasil e para os países da América Latina, era também interessante para o capital financeiro internacional. A idéia de desenvolvimento periférico, propagada a partir de sua iniciativa, ao ocultar a categoria do conflito de classes – determinado pela formação da divisão internacional do trabalho – contribuía tanto para a expansão do capitalismo monopolista quanto para a tentativa da promoção de interesses mais coletivos. Depositava esperança na transformação dos interesses e da atuação das elites latino-americanas, pelo expediente da industrialização e pela modificação do caráter de suas relações com o exterior. De fato, mantendo em suas análises o conflito de classes oculto, e buscando fazer convergir a noção de industrialização com a atuação do capital internacional na América Latina, a idéia de desenvolvimento da CEPAL tornava difícil, por si mesma, enxergar os interesses antagônicos entre a continuidade do processo de substituição de importações com os interesses do capital internacional e os da antiga classe dirigente fundiária (cujo poder tinha sido restaurado no

²⁰ OLIVEIRA, Francisco de. *Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. Petrópolis: Vozes, 1988, p.10-1, nota 2.

²¹ GUDIN, Eugênio. O Capital Estrangeiro e o Desenvolvimento. *Revista Digesto Econômico*. São Paulo: ACSP/FCESP, set. / out. 1958, p. 9.

pós-guerra). No momento que antecedeu os golpes militares na América Latina, a ênfase no conceito de desenvolvimento nacional, em detrimento da análise de classes, tornava mais difícil entender a natureza dos golpes militares que insurgiam contra a noção de industrialização induzida pelo Estado. Após estes eventos, grande parte dos teóricos da CEPAL converteu suas análises para uma perspectiva mais crítica, onde posições antigas foram revistas, de fato, como muito otimistas.

4. Rumo a uma noção coletiva e desmistificada

A noção de desenvolvimento econômico foi recentemente abandonada, nas Academias e nas mídias, por conceitos meramente ideologizados que expressam *tão-somente* interesses dos ricos, e não um debate real. O palavratório da ONU e das Academias metropolitanas não expressam, contrariamente às idéias cepalinas, *qualquer* interesse no desenvolvimento dos países pobres. Na maior parte das vezes constituem-se de “teorizações” de professores que nunca viram nem conhecem a pobreza. A noção de “economia emergente” é o melhor exemplo do novo ambiente. Esta não tem qualquer teorização fundamentada, sendo na verdade um produto da deterioração intelectual que reflete as condições da hegemonia contemporânea do capital financeiro, que não vê mais necessidade alguma de empurrar à periferia qualquer noção vaga de transformações reais. A classificação de economia *emergente* é, de fato, uma piada construída pelos economistas da ONU que se tornou um conceito de uso difundido até mesmo por quem é pago para pensar (“intelectuais”). Supostamente, significaria a noção de que *naturalmente* a economia periférica tende a convergir aos patamares de produção e consumo das economias mais avançadas, desde que liberalizada e atrelada completamente às economias centrais.

Às vezes, tal conceito é entendido como um sinônimo mesmo de economia industrial desenvolvida, ou quase. Para estas supostas economias periféricas que superaram o subdesenvolvimento – isto é, que estão “emergindo” das condições antigas da pobreza material e mental – seus problemas estruturais não têm importância categorial, e, quando o têm, podem ser colocados numa situação secundária, face à ênfase no fluxo de capitais, da situação das bolsas e dos títulos do governo, assim como dos investimentos oligopólicos no mercado local. A questão social, quando lembrada, poderia ser resolvida em questão de “cem ou cento e vinte anos”, no ritmo corrente de crescimento da acumulação, que no

entanto, não ganha nenhuma problematização séria. Neste sentido, ainda que envoltas nos problemas de uma confiança nas elites locais, ou (nas versões mais pessimistas) no poder de um Estado independente delas, as indagações da CEPAL e da antiga luta pelo socialismo aparecem como um grande conjunto de problematizações sérias a partir das quais continuar pensando, fruto de indagações honestas que a intelectualidade latino-americana e periférica acumularam, diante da mixórdia daquilo que os atuais institutos internacionais entendem como sendo os interesses dos países periféricos.

Por outro lado, a idéia de desenvolvimento sustentável ganhou também força. A noção de desenvolvimento sustentável baseia-se, justamente, na idéia oposta, isto é, na possibilidade de uma industrialização em harmonia com o entorno. Mas um olhar apenas um pouco mais atento ao problema deixa ver contradições. Furtado chamou atenção já nos anos (19)70 para a impossibilidade de a periferia como conjunto ascender à condição de riqueza tal como se conhece no outrora chamado “primeiro mundo”. Isto é, é impossível desenvolver de modo capitalista e preservar o meio, quanto aos países periféricos tomados em conjunto. O limite ao uso dos recursos é óbvio demais para ser negado.

Deste modo, para as economias periféricas, o desenvolvimento de tipo literalmente “limpo” implica efetivamente no cancelamento do caminho do processo de industrialização que formou o atual mundo desenvolvido. A deterioração radical das condições ambientais chinesas mostra como qualquer acumulação de capitais em escala rápida implica em processos que são dificilmente conduzidos de modo “limpo”. Assim, a acumulação primitiva de capitais, tanto a antiga como a atual chinesa, requer uma exigência tão brutal dos meios naturais que a noção de que a industrialização pode coadunar-se com uma produção limpa leva logicamente a duas opções: (a) cancelamento do processo de industrialização, para manter-se um processo “sustentável” *de facto* ditado pelo não-crescimento da produção material; (b) abandono da idéia de manutenção do entorno, com as implicações conhecidas para o meio ambiente. “Desenvolvimento”, sendo entendido como desenvolvimento de tipo capitalista, e “sustentável”, são categorias que expressam noções antagônicas, tal como formulados na expressão original.

Quer dizer, até aqui, a noção de “sustentável” da expressão apela à periferia para que esta, mantendo estáveis a velocidade do desgaste de seus recursos naturais e os níveis de eliminação de detritos, cancele efetivamente qualquer via que aproxime suas condições às dos países ricos. Enquanto isto, os desníveis internacionais de produção e

consumo se mantêm, com as economias industriais (e as que se industrializam agora) sendo as grandes responsáveis pelos alarmantes níveis de deterioração ambiental. Realmente, aparece como difícil, à luz do que se passa na China hoje, imaginar que as atuais condições de melhoramento da produção, rumo a níveis menos agressivos de produção e consumo, consigam eliminar a maior parte dos males que a incorporação de milhões de pessoas à economia de mercado acarreta. Mesmo que saibamos das potencialidades da transformação das tecnologias em curso (as nanotecnologias, por exemplo), tem havido um otimismo perigoso inclusive daqueles que deveriam representar uma consciência um pouco mais crítica. Tal otimismo no poder de tais tecnologias em “dar conta do recado” é injustificado diante do caminho de destruição que a industrialização deixou até aqui, e deveria ser posto de lado até segunda ordem.

A contradição no mundo social impede soluções fáceis, e a dificuldade de compreendê-la ou aceitá-la conduz a discursos belos, mas vazios. Mas a contradição dá lugar à superação. É então verdade que não podem as opiniões mais lúcidas defenderem para a periferia uma industrialização de tipo “clássico”, face à deterioração ambiental que põe em xeque a existência da própria economia de mercado. Esta é uma conclusão pessimista quanto à idéia de que a periferia poderá alcançar o centro, em termos de produção e riqueza. Porém, é possível pensar a idéia de um desenvolvimento industrial que não exija a incorporação dos trabalhadores periféricos ao mundo do consumo capitalista típicos do centro, via uma rápida industrialização, com diminuição do poder das elites econômicas, até sua eliminação como grupos sociais, rumo a uma homogeneização dos padrões de consumo e decisórios. Curiosamente, a discussão sobre a passagem do feudalismo ao socialismo, feita na Rússia do fim do século XIX, parece ter alguma analogia com o atual problema. Agora, trata-se da passagem do subdesenvolvimento a uma economia industrial, mas de tipo coletiva, onde devem ser privilegiadas estruturas produtivas de padrão coletivo e homogêneo. Não se trata então de abandonar a idéia de desenvolvimento por si mesma, mas sim de readequá-la a fins que são materialmente possíveis, e pôr de lado as que não apresentam qualquer conteúdo real, qualquer proposta de emancipação da maioria. Economias socialistas com orientação de padrões coletivos de consumo e produção seriam materialmente factíveis, e seus impactos mais reduzidos no ambiente iriam permitir o alastramento da idéia de desenvolvimento sem que a atividade humana fosse posta em xeque no planeta. Diferentemente da noção de desenvolvimento

sustentável, aqui se trata de destacar as dificuldades, tanto de âmbito econômico como de âmbito político.

5. Conclusão

O desenvolvimento baseado numa idéia de “socialismo verde” já tem muitos teóricos e sua influência só irá aumentar. Questões provocantes seriam (i) conectar a teoria do valor e dos preços a uma teoria da transformação de energia a partir do trabalho humano, e à obtenção de mais energia do capital face ao trabalho como o signo da exploração dentro do processo de produção e distribuição; e (ii) basear a teoria social do processo de diferenciação entre as classes no acesso à energia disponível em forma de bens materiais, originado das condições desiguais da distribuição do fruto do trabalho. Tal como a escravidão no século XIX, começam aqui e acolá a surgir panoramas que vão ajudar, como fizeram os abolicionistas, a extinguir aos poucos, ou de modo drástico, a economia de mercado. A idéia de desenvolvimento das economias periféricas poderá então encontrar um terreno fértil e longe de ilusões, se os meios para implantar o planejamento racional, coletivo e homogêneo dos meios forem postos em prática. Ele vai ganhar muito, inclusive, com as tentativas capitalistas de produção e consumo mais limpos, tentativas estas que, porém, provavelmente só ganharão efetividade dentro de uma orientação de desenvolvimento diferente da atual.

O crescimento desta perspectiva dentro dos próprios países capitalistas poderá levar, quiçá, a uma convergência futura entre economias industriais e subdesenvolvidas, no sentido de uma cooperação mútua mais distante do engodo, e das práticas atualmente vigentes. Porém, caso o cenário não se torne tão azul, o papel da propaganda, da luta política, e do enfrentamento doméstico e externo dos interesses que se opõem a um desenvolvimento verdadeiramente coletivo e ambientalmente menos destrutivo, deverá ser reforçado. Tais interesses são basicamente os mesmos que defendem o atual estado de coisas. Convencer as massas de que, como um todo, seus interesses não podem residir no *american way of life*, será todavia uma tarefa tão ou mais difícil do que criticar e superar o domínio dos “detentores de riqueza”. Mas o “impossível” tornar-se-á factível.

Bibliografia

AMIN, Samir. *O Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: Forense, 1976

BOLETIM da Superintendência da Moeda e do Crédito, jan. 1959.

CAMPOS, Roberto de O. O Desenvolvimento Econômico e suas Ilusões. *Revista Digesto Econômico*, São Paulo, ACSP/FCESP, jul. / ago. 1957.

EMMANUEL, Arguiri et. al. A Troca Desigual. *Imperialismo e Comércio Desigual*. São Paulo: Global, 1981.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

_____. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

GUDIN, Eugênio. O Capital Estrangeiro e o Desenvolvimento. *Revista Digesto Econômico*. São Paulo: ACSP/FCESP, set. / out. 1958

OLIVEIRA, Francisco de. *Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista*. Petrópolis: Vozes, 1988.

PREBSCHI, Raul. *Dinâmica do Desenvolvimento Latino-americano*. São Paulo: Fundo de Cultura, 1964.

JORNAL Folha da Manhã, 16 de maio de 1959.

ROSTOW, W.W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SCHINCARIOL, Vitor Eduardo. *Economia e sustentabilidade*. São Paulo: Editora LCTE. 2008.

TORRES, J. Garrido. Discurso Pronunciado na National Foreign Trade Convention, em New York, em 17/11/1958. Rio de Janeiro. *Revista Conjuntura Econômica*. FGV, fev. 1959